

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
PREFÁCIO.....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1- O SUBSISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	9
1.1 O DIREITO POSITIVO, OS SISTEMAS E AS NORMAS	10
1.2 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	14
1.3 OS PRINCÍPIOS DO SUBSISTEMA TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL	19
1.4 A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	25
1.5 O REGIME JURÍDICOS DOS INCENTIVOS FISCAIS.....	27

CAPÍTULO 2 – A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA ZONA FRANCA DE MANAUS E A NATUREZA JURÍDICA DOS INCENTIVOS FISCAIS PERTINENTES ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	31
2.1 A ZONA FRANCA DE MANAUS E SUA RELAÇÃO COM O PACTO FEDERATIVO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	31
2.2 O CONTEÚDO DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS INCENTIVOS FISCAIS CONCEDIDOS PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS SOB A ÓTICA DA TEORIA DO BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	38
2.3 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VANTAGENS COMPARATIVAS E O PACTO FEDERATIVO.....	43
2.4 AS ESPÉCIES DE EXONERAÇÃO TRIBUTÁRIA E A PREVISÃO NORMATIVA DE TRIBUTAÇÃO	47
2.4.1 A imunidade tributária.....	47
2.4.2 A isenção tributária.....	54
2.4.3 A não incidência tributária	59
2.4.4 A tributação à alíquota zero.....	61
CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO CRÉDITO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PARA O PIS E DA COFINS NA ZONA FRANCA DE MANAUS	65
3.1 A FUNÇÃO DO TRIBUTO NA SOCIEDADE ...	65
3.2 A NÃO CUMULATIVIDADE NAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E NO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	69

3.3 A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS E DA COFINS NO REGIME NÃO CUMULATIVO	78
3.3.1 O critério material.....	83
3.3.2 O critério espacial.....	84
3.3.3 O critério temporal.....	86
3.3.4 O critério pessoal.....	87
3.3.5 O critério quantitativo.....	89
3.3.6 Regra-Matriz da Incidência Tributária das contribuições para o PIS e da COFINS no regime não cumulativo	90
3.4 A NATUREZA DOS INCENTIVOS FISCAIS CONCEDIDOS PARA ZONA FRANCA DE MANAUS	92
CAPÍTULO 4 – A QUESTÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO COM RELAÇÃO À ZONA FRANCA DE MANAUS	101
4.1 A CONSTRUÇÃO DA REGRA-MATRIZ DO CRÉDITO PRESUMIDO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS E DA COFINS DAS AQUISIÇÕES COM DESTINO À ZONA FRANCA DE MANAUS	101
4.2 A IMPORTÂNCIA DA TOMADA DE CRÉDITO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PARA AS EMPRESAS DA ZONA FRANCA DE MANAUS	106
4.3 A MANUTENÇÃO DOS CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E A VALIDADE DA LEI 10.996/2004	109
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	117